



**CRISE PÓS-ELEITORAL E CICLONE TROPICAL:  
AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO SOCIAL NA PROVÍNCIA  
DE CABO DELGADO**

**João Feijó**

**RESUMO**

A ofensiva ruandesa nas matas de Macomia permitiu a realização de campanha política e eleições nas vilas sede distritais do Nordeste de Cabo Delgado. Contudo, na sequência dos conflitos pós-eleitorais, verificou-se um agravamento da conflitualidade na província. A partir de Outubro assistiu-se a uma contestação popular nas zonas de concentração de indústria extractiva e nos principais centros urbanos do Sul de Cabo Delgado, mas também a uma recuperação da iniciativa jihadista, que recuperou a iniciativa militar. A Norte de Nampula emergiram movimentos nhaparama que se confrontam directamente com o Estado. Os efeitos destrutivos do ciclone Chido aumentaram ainda mais a pressão sobre organizações humanitárias, agravando as fragilidades estruturais existentes na província, ao nível da prestação de serviços de saúde, educação, apoio humanitário e a actividades económicas.

**INTRODUÇÃO**

No segundo semestre de 2024 começou por se assistir a uma certa estabilização das condições de segurança na província de Cabo Delgado, em virtude da realização de uma ofensiva militar ruandesa nas matas de Macomia. Esta acção proporcionou a realização de campanha eleitoral pelas principais vilas sede distritais durante os meses de Setembro e princípio de Outubro. Contudo, na sequência dos conflitos pós-eleitorais e do ciclone Chido, verificou-se um agravamento da conflitualidade na província e da situação humanitária. A partir da recolha de informação de assistentes de observação localizados em 10 distritos de Cabo Delgado (Palma, Mocímboa da Praia, Nangande, Mueda, Muidumbe, Macomia, Quissanga, Pemba, Montepuez e Chiúre), neste Destaque Rural pretende-se caracterizar as condições de segurança e de reconstrução do Estado na província. Depois de se descrever a recuperação da iniciativa guerrilheira no Nordeste de Cabo Delgado e impactos em novas deslocações de indivíduos, pretende-se analisar o processo de reconstrução do Estado ao nível da prestação de serviços de saúde, educação, apoio humanitário e a actividades económicas. Argumenta-se que os conflitos pós-eleitorais agravaram as tensões na província, com impacto directo sobre grandes projectos económicos que suspenderam as suas actividades, mas também sobre o processo de assistência humanitária. Os efeitos do ciclone Chido aumentaram ainda mais

a pressão sobre organizações humanitárias, agravando as fragilidades estruturais existentes na província.

## **1) DA OFENSIVA RUANDESA À RECUPERAÇÃO DA INICIATIVA GUERRILHEIRA – IMPACTOS NOS MOVIMENTOS POPULACIONAIS**

A partir do mês de Agosto assistiu-se a uma ofensiva ruandesa na costa de Macomia, que se traduziu, nas semanas seguintes, numa diminuição da iniciativa dos insurgentes. Os relatos falam de "*bombardamentos*" da aldeia de Mucojo, até então controlada pelo grupo armado, mas também tentativas de ataques às respectivas bases, na floresta de Catupa. Tal como em Agosto de 2019, quando o Wagner group realizou diversos ataques às bases da insurgência nas florestas de Mbau, em período de campanha eleitoral, esta ofensiva ruandesa voltou a facilitar acções partidárias nas principais sedes distritais no Nordeste da província. Na última semana de Setembro, o candidato pela Frelimo, Manuel Chapo visitou os distritos de Mocímboa da Praia e Muidumbe. No Sul da província, a campanha eleitoral decorreu com relativa tranquilidade, com a realização de passeatas pelos vários candidatos presidenciais.

Em meados de Outubro, o início da tensão pós-eleitoral dispersou as forças de segurança por vários municípios do país, com vista a atender à crescente onda de protestos. Em resultado, assistiu-se a uma recuperação da iniciativa da insurgência. Embora escasseasse informação acerca do sucesso da ofensiva ruandesa pela floresta da Catupa, os rebeldes realizaram ataques quase diários ao longo do vale do rio Messalo, com destaque para os postos administrativos de Mbau (distrito de Mocímboa da Praia), Chitunda (Muidumbe) e Chai (Macomia). No mês de Novembro, as incursões alargaram-se aos distritos de Meluco, Ancuabe e Chiúre (postos administrativos de Katapua e Marere), despoletando novas ondas de deslocados. Em Nangade registaram-se pequenos ataques nas aldeias de Nkonga e Quinto Congresso, chegando a Litingina, especulando-se sobre tentativas de acesso à Tanzânia. De acordo com os relatos de sobreviventes, estes ataques tinham como alvo a obtenção de alimentos, registando-se decapitações de camponeses encontrados ao longo do caminho. Nas florestas de Mocímboa da Praia e de Macomia foram relatadas diversas explosões com engenhos explosivos improvisados, afectando veículos civis e militares, ruandeses e moçambicanos.

Nos distritos de Mueda e de Muidumbe, a segurança é garantida essencialmente pela força local. As vozes no terreno referem uma maior passividade da força local. A inexistência de equipamento militar e de condições de evacuação e assistência a feridos aumenta o receio de perseguição dos insurgentes, pelo que as respectivas acções se circunscrevem, maioritariamente, a tarefas defensivas.

Em Montepuez, verificou-se o recrutamento de jovens para a força local, especialmente na vila sede e em Namanhumbir. Os jovens são recrutados de entre vários grupos etnolinguísticos, com maior incidência para descendentes de antigos combatentes. Os elementos da Força Local mais antigos do planalto auferem um valor mensal de 6.700 meticais, sendo que muitos ainda estão a tramitar documentos.

A Norte do distrito de Quissanga, continua a registar-se uma convivência pacífica entre insurgentes e a população local. Na vila sede distrital, os relatos são de melhoria de relacionamento entre as Forças de Defesa e Segurança e indivíduos locais, com relatos de inter-ajuda, ao nível do apoio na saúde (da parte dos militares), de fornecimento de água (por parte da população). Já na ilha Quirimba, os ilhéus permanecem muito desconfiados em relação às Forças Armadas, em virtude do histórico de agressividade sobre pescadores e tripulantes de embarcações. De acordo com as vozes no terreno, embora em Quissanga não se tenham verificado acções de vingança sobre os jovens que conviveram com os *aslhababis*, durante a ocupação da vila sede, na ilha Quirimba assistiu-se a uma perseguição desses indivíduos. Alegadamente, os ilheus "*dormiram no mato*" durante uma semana, com medo das acções dos militares.

Contudo, ao longo do ano de 2023 e primeiro semestre de 2024, vinha-se verificando uma tendência de regresso das populações ao Nordeste de Cabo Delgado. Os recentes ataques e movimentos de guerrilheiros despoletaram o receio e fuga de aldeões, particularmente nas baixas de Muidumbe, várias aldeias de Nangade, Ancuabe, Meluco e Chiúre. O sentimento de insegurança desencadeia o abandono das respectivas zonas de produção, num período de sementeira, comprometendo a campanha agrícola e agravando a insegurança alimentar.

## **2) PRECARIIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

### **a) O sector da saúde**

No sector da saúde mantêm-se os crónicos problemas de escassez de medicamentos e de corrupção generalizada dos funcionários, sobretudo nas unidades sanitárias localizadas nas vilas sede distritais. De acordo com os relatos, a realização de cirurgias, transfusões de sangue e de refeições a doentes internados, está dependente do pagamento de valores monetários aos enfermeiros. Quando disponível, a alimentação para doentes internados resume-se a feijão e farinha de milho.

Em diversas unidades sanitárias persistem problemas de falta de energia, por falta de orçamento, em prejuízo da conservação de vacinas e de atendimento e tratamento no período nocturno. Os partos continuam a ser realizados à luz de lanternas de telemóveis dos funcionários.

As situações mais críticas verificam-se nas zonas de conflito. No posto administrativo de Mbau, o acesso a serviços de saúde é facilitado pela tropa ruandesa. Na vila sede de Macomia, operam médicos militares moçambicanos na unidade sanitária existente. A população queixa-se de falta de atenção prestada a civis, assim como de medicamentos. Na zona baixa de Muidumbe haviam sido abertas unidades sanitárias em tendas ou casas particulares, como alternativa à destruição de unidades sanitárias. Porém, os recentes ataques levaram à deslocação de técnicos e equipamentos para zonas mais seguras, deixando a população mais vulnerável.

No distrito de Nangade, as unidades sanitárias em funcionamento encontram-se apenas na vila sede distrital e Ntamba, estando as restantes em reabilitação e dependentes de brigadas móveis. Em Quissanga começou a funcionar uma unidade sanitária no posto administrativo de Mahate, desobstruindo Quissanga Sede, mas mantém-se uma elevada pressão sobre serviços de saúde.

Nas zonas de mais difícil acesso as populações estão dependentes de brigadas móveis, por sua vez, condicionadas à existência de financiamento de organizações não-governamentais.

### **b) O sector da educação**

Não obstante o esforço de reconstrução de salas de aulas e de regresso de professores, o sector da educação continua bastante afectado. Estabelecimentos de ensino reabriram em várias aldeias de Nangade, mas muitas crianças abandonaram as aulas para acompanhar os progenitores na campanha de apanha de caju, uma importante actividade geradora de rendimento.

As tentativas de reabertura de escolas nas zonas baixas de Muidumbe, no posto administrativo de Mbau ou Norte de Quissanga, foram interrompidas ao longo do ano em virtude de ataques armados. Grande parte das famílias regressadas às zonas baixas de Muidumbe, e que se encontram agora sob pressão de partida, haviam deixado as crianças em idade escolar em centros de deslocados ou residências de familiares em Mueda, Montepuez ou Chiúre. Assim, em Mueda, a densidade das turmas continua muito elevada. Na escola secundária local as turmas têm, geralmente, mais de 100 alunos. Em escolas primárias do posto administrativo de Mapupulo (distrito de Montepuez), as turmas oscilam entre 140 e 200 estudantes. Algumas ONGs continuam a realizar esforços de construção de salas de aula, mas a falta de professores não reduz o rácio de professor por estudante. Em Chiúre, muitas famílias regressaram para o Norte da província ou para outros centros onde existem apoios, reduzindo o número de alunos nas escolas, sobretudo nos centros de deslocados de Meculane e Marrupa. Durante o mês de Novembro verificaram-se, em Quissanga, campanhas de inscrição de crianças, que nos últimos anos estavam fora do sistema de ensino.

Uma vez que ainda aguardam pelo pagamento de subsídios de anos anteriores, nenhum professor aceitou dar aulas a uma segunda turma, de forma a reduzir o número de alunos das turmas. Face à densidade de estudantes, muitos professores realizam testes em grupo, em prejuízo do processo de avaliação. Acrescem problemas de professores mal distribuídos, concentrados, sobretudo nas zonas urbanas, e relutantes a deslocar-se para zonas mais afastadas. Várias escolas da 1º à 6º classes contam apenas com 3 professores.

A corrupção continua endémica, com professores a exigirem aos estudantes com negativa importâncias compreendidas entre 100 e 500 meticais para passar. Com as alunas proliferam histórias de corrupção sexual.

O segundo semestre de 2024 foi fortemente afectado pelas eleições e conflitos pós-eleitorais. A partir de Setembro, direcções distritais de educação pressionaram Directores da Escola, Directores Pedagógicos e professores a participar em acções de campanha eleitoral. Neste processo, muitas aulas foram interrompidas deixando muitos alunos sem professores. O período de exames coincidiu com a fase de intensificação de protestos eleitorais, traduzindo-se na ausência de muitos estudantes por receio de deslocação.

O sistema de ensino foi ainda afectado por fenómenos de desmaios de estudantes, que se prolongaram durante praticamente todo o ano lectivo em Palma, Mocímboa da Praia, Nangade, Mueda, Montepuez, Pemba e Chiúre, afectando geralmente as raparigas. Algumas crianças foram levadas para as unidades sanitárias, pois nem os professores nem os técnicos sabem como lidar com a situação.

### **3) APOIO HUMANITÁRIO E A ACTIVIDADES ECONÓMICAS**

#### **a) Agravamento das carências humanitárias**

Os problemas de segurança e de acesso a terrenos agrícolas, mas também a tecnologias de produção, assim como as chuvas excessivas que se verificaram entre Janeiro e Abril de 2024, resultaram numa redução das colheitas de produtos alimentares. Ao longo do segundo semestre muitas famílias não tinham excedentes agrícolas, tornando-se fortemente dependentes de apoio externo. No planalto de Mueda a ajuda alimentar tem sido irregular. Em Nangade foi distribuído auxílio até Julho, tendo a partir de então sido interrompido. Nos centros de deslocados em redor de Mueda, a distribuição é realizada de dois em dois meses, tendo sido interrompida noutras centros e iniciado um processo de distribuição de sementes. Na zona alta, a distribuição alimentar passou a ser realizada com periodicidade trimestral sendo que, na zona baixa, é fortemente dificultada pela insegurança militar. Em Mueda, o acesso a água agrava-se durante a época seca, escasseando nas zonas baixas e tornando mais irregular o abastecimento aos centros de deslocados. Na vila sede, um galão de 20 litros de água é vendido a 30 meticais.

Na vila sede de Mocímboa da Praia, o apoio alimentar é efectuado através da distribuição de *vouchers* de 4.230 meticais mensais para alimentação. Na generalidade das aldeias, os agregados familiares auferiram, mensalmente, cerca 50kg de arroz, 15kg de feijão e óleo alimentar. Esta distribuição prolongou-se durante o período de campanha eleitoral, o que pode ter beneficiado o partido no poder. A distribuição de *vouchers* despoletou uma inflação dos bens alimentares. Na vila sede distrital, um saco de 25kg de farinha de milho aumentou de 1.200 meticais, em meados Outubro, para 2000 meticais, em meados de Novembro. No Nordeste da província, a chegada das chuvas e consequentes problemas de circulação rodoviária, para além dos constrangimentos em resultado das manifestações, traduziram-se no aumento do preço dos produtos alimentares.

Em Macomia e Quissanga, a distribuição alimentar foi fortemente afectada, em virtude dos ataques verificados no primeiro semestre de 2024, agravando a vulnerabilidade das populações. A recente distribuição de telefones para fornecimento de ajuda alimentar através de serviços de carteira móvel é geradora de rumores. Em Quissanga, as famílias estranham a recepção de *smartphones* sem qualquer contrapartida, especulando acerca de intenções de rapto e de assassinato dos beneficiários. A distribuição de telefones para envio de valores monetários acontece noutros distritos, como Nangade e Montepuez.

Mais a Sul, nos distritos de Montepuez e de Chiúre, mantém-se a tendência de redução do apoio alimentar, procurando-se privilegiar as famílias mais carenciadas, particularmente viúvas com crianças ou famílias com idosos. Em Montepuez, a distribuição alimentar está tendencialmente concentrada na população de Mapupulo, fortemente afectada pela falta de terrenos para produção. Persistem tensões entre populações deslocadas e populações nativas, sendo que a desconfiança de distribuição de ajuda alimentar para os segundos tende a ser geradora de conflitualidade. Em Chiúre, proliferam informações de registos de deslocados em vários locais, por vezes com nomes diferentes, assim como divisão das famílias por vários centros, para beneficiar de apoios. A alimentação é à base de mandioca e de mangas verdes, por vezes trocada por moringa, para consumo. A insegurança alimentar contribui para o aumento de comportamentos promíscuos e casamentos prematuros.

### **b) Dificuldades no restabelecimento de actividades económicas**

Em Nangade, a produção de castanha de caju tem retornado à normalidade, com inúmeras famílias envolvendo-se na campanha. Registou-se um apoio na distribuição de catanas para limpeza de terrenos e poda de cajueiros, assim como de produtos para pulverização, mas insuficientes para as necessidades, beneficiando, sobretudo, os produtores mais próximos da vila sede distrital. Alguns produtores recorrem à Tanzânia para aquisição de produtos para pulverização, mas o preço é dispendioso para famílias descapitalizadas. As dificuldades de tratamento dos cajueiros concorrem para a fraca produção e consequente manutenção da pobreza. A castanha tende a ser vendida na

Tanzânia, onde os preços são bem mais atractivos (cerca de 120 meticais por quilo no país vizinho, contra 60 em Moçambique), em locais indicados pelas autoridades tanzanianas. Vários comerciantes que tentaram vender o produto fora dos percursos indicados não regressaram. Em alguns casos, os respectivos corpos foram encontrados nas imediações do rio Rovuma, circulando suspeitas de assassinato por parte de militares tanzanianos, presumivelmente por suspeita de pertença à insurgência. Em Nangade, o estabelecimento bancário existente antes do conflito continua encerrado e as populações têm de se deslocar para Mueda para levantar dinheiro. Em Mocímboa da Praia ainda não abriu nenhuma agência bancária.

No município de Mocímboa da Praia, assiste-se à deslocação de famílias para Manilha, a 15 km da vila sede, onde foram distribuídas terras para produção. A TotalEnergies colaborou na distribuição de ramos de mandioca e coqueiros, mas os apoios não são suficientes para as necessidades.

Nas zonas altas de Muidumbe, a área cultivada tende a aumentar, em parte pela concentração de população das zonas baixas. Em virtude da insegurança, nas zonas baixas de Muidumbe as machambas estão largamente abandonadas e o movimento de transportadores para estas zonas reduziu significativamente.

A má campanha agrícola, em virtude das chuvas, diminuiu os excedentes, afectando a comercialização e aumentando o preço do milho: uma lata de 20 litros de milho aumentou de 250 para 400 meticais nas zonas rurais de Muidumbe, atingindo 500 meticais em Mueda, 600 em Nangade e 900 em Mocímboa da Praia.

Nos centros de reassentamento de Mapupulo (distrito de Montepuez), promessas de distribuição de terrenos não se concretizaram. As áreas identificadas para alojar os deslocados encontram-se bastante distantes da sede do posto, sem infra-estruturas e serviços públicos, pelo que os beneficiários permaneceram no centro de reassentamento. Em Chiúre, as áreas de cultivo permanecem insuficientes para todos os reassentados, o que foi agravado pela chegada de novos deslocados na sequência das recentes incursões armadas. As áreas cultivadas pelos deslocados constituem terrenos emprestados, cujos proprietários exigem, frequentemente, valores monetários pela respectiva utilização.

#### **4) SÓ NOS FALTAVA MAIS ESTA: OS CONFLITOS PÓS-ELEITORAIS E O CICLONE CHIDO**

##### **a) Tensões e conflitos (pós-)eleitorais**

No município de Chiúre, que desde finais de 2023 passou a ser dirigido pela Renamo, constataram-se diversas tensões entre Frelimo e a oposição. Não obstante a nomeação de novos secretários de bairro por parte do Edil do município, os antigos secretários de bairro, nomeados pela Frelimo, mantiveram-se em funções. A resolução de *milandos*

locais começa na própria escolha da secretaria de bairro para os dirimir. Nos locais liderados pela Frelimo, só são aceites declarações emitidas por secretários de bairro de Chiúre nomeados por este partido. Secretários de bairro da Frelimo alegam que os furos de água instalados durante a governação anterior pertencem ao partido Frelimo, estabelecendo prioridade aos simpatizantes deste partido e apelando aos simpatizantes da oposição para construírem os respectivos furos.

Em virtude da insegurança, o recenseamento foi problemático nos distritos de Quissanga, Macomia, Sul de Mocímboa da Praia e zonas baixas de Muidumbe, com mensagens e instruções vindas da insurgência para a não participação no processo. Contudo, muitos cidadãos optaram por se recensear, com o objectivo de obtenção de um documento de identificação, para evitar problemas junto das autoridades. A aderência da população e formação de longas filas de espera, despoletou cobranças de pequenos valores monetários (50 meticais) por parte dos recenseadores eleitorais.

No planalto makonde, a campanha decorreu com relativa tranquilidade, com claro domínio do partido Frelimo. Em Mueda, verificaram-se algumas caravanas de apoiantes da oposição, com pequenos grupos de jovens destemidos, cantando palavras de ordem contra o partido no poder. Os apoiantes da oposição são geralmente ameaçados pelas lideranças do bairro, que intimidam os progenitores a controlarem os respectivos filhos, frequentemente ameaçando suspender o pagamento de subsídios de antigo combatente. Proliferam histórias de membros juvenis da família a exigir parte da pensão aos mais velhos, como condição para não fazerem campanha política pela oposição. Em Mueda, a Igreja católica constitui também uma forma de controlo de membros da oposição. Enquanto os católicos são geralmente associados a simpatizantes do partido Frelimo, as Igrejas protestantes são conotadas com membros da oposição, pelo que, quando estas igrejas solicitam a realização de determinados eventos (como projecção de filmes para evangelização) enfrentam obstáculos por parte das autoridades. Fortemente partidarizada, a força local ameaçou *chamboquear* quem cantasse "*Frelimo suka*". Os apoiantes da oposição arriscam-se a perder o apoio da força local em caso de litígios.

Por toda a província, o partido Frelimo recorreu a recursos do Estado para a realização de campanha política. Em Montepuez, carteiras de escolas primárias foram transportadas para reuniões do partido, sem conhecimento dos professores. Por toda a província reactivaram-se células do partido Frelimo em escolas públicas, geralmente mobilizadas pelo respectivo director, politicamente nomeado. Nas reuniões pedagógicas com professores, os assuntos da política são introduzidos por directores da escola ou directores distritais da educação. De acordo com professores entrevistados, nessas reuniões são recordados que "*vocês sabem como é que chegaram aqui*". Quem se apresenta relutante em aderir à campanha do partido, fica "*conotado como sendo da oposição*", e potencialmente alvo de represálias. Directores pedagógicos referem ter sido instruídos, telefonicamente, por funcionários da Direcção Distrital da Educação e Juventude, a dispensar professores mas também estudantes com cartão de eleitor, para



participação em comícios do partido no poder. Estas acções tiveram resistências de alguns alunos, mas outros participaram, muitos como forma de dispensa às aulas, outros por receio de reprovação, outros por simpatia política. Professores foram instruídos a comprar camisas vermelhas e a contribuir para a campanha do partido Frelimo. No planalto makonde a pressão é mais evidente. Funcionários públicos que não participam na campanha são chamados, pelo respectivo director, e convidados a se posicionarem mais claramente, sob risco de criação de obstáculos, por exemplo à mobilidade entre sectores de trabalho.

Em Pemba, inúmeros funcionários públicos referiram que participaram contrariados nas passeatas organizadas pelo partido Frelimo, apenas com o objectivo de serem vistos pelas respectivas chefias, temendo possíveis represálias. Empresários proeminentes patrocinaram a compra de camisetas que distribuíram entre figuras em funções chave no aparelho de Estado, alargando redes de apoio e clientelistas.

Por toda a província, verificaram-se iniciativas de recolha de (dados dos) cartões de eleitor, alimentando inúmeras teorias sobre o respectivo propósito. De acordo com membros do partido envolvidos nestas acções, trata-se de sondagens eleitorais com o objectivo de conhecer o universo de apoiantes da Frelimo, de forma a comparar com o universo de votantes e estimar resultados eleitorais, prevendo a necessidade de futuras manipulações eleitorais.

Em Mocímboa da Praia a campanha partidária foi muito ordeira, tendo Daniel Chapo sido o único candidato a realizar um comício político. Silvério Simango esteve em Mueda e Nangade, tendo Venâncio Mondlane concentrado a sua acção no Sul da província. Contrariamente às marchas de Daniel Chapo, que envolveu a mobilização e transporte massivo de indivíduos de localidades circunvizinhas, frequentemente atraídos com promessas de vestuário, alimentação e bebida, a campanha de Venâncio Mondlane não beneficiou da mesma logística. Os respectivos apoiantes mobilizaram-se bem mais espontaneamente, envolvendo vendedores informais e motoristas de táxi-mota, entre outros jovens. Grupos de jovens escoltaram, espontaneamente, o candidato da oposição por via terrestre até aos distritos vizinhos.

No dia da votação o processo esteve politicamente controlado. À semelhança do resto do país, por todos os distritos de Cabo Delgado, os Presidentes da Mesa de Voto indicados pelo STAE eram membros do partido Frelimo. Proliferaram promessas de recompensa para o caso de vitória eleitoral. Membros do partido receberam recargas da Movitel para verificação do cumprimento do dever de voto por parte dos respectivos apoiantes. Da mesma forma, circulam histórias de enchimento de urnas com boletins de voto pré-preenchidos para a Frelimo, mas também falsificação de editais, tendo o partido no poder sentido maior dificuldade nas zonas municipais do Sul da província (Pemba, Montepuez e Chiúre) e nas zonas de mineração de Namanhumbir (no distrito de Montepuez).

O período pós-eleitoral foi marcado por protestos no eixo Pemba-Montepuez, contrastando com a normalidade vivida no Norte da província. Em Pemba, registaram-se diversas marchas pelas ruas da cidade, envolvendo algumas dezenas de jovens munícipes, por vezes interrompidas com uso de balas e gás lacrimogéneos pela polícia. Os picos do protesto aconteceram nos dias 5 e 6 de Dezembro. Durante dois dias de protesto, os manifestantes destruíram duas estátuas de Alberto Chipande, herói do primeiro tiro, tendo sido queimadas, pelo menos, cinco sedes do partido Frelimo. A violência destes actos contrastou com a forma relativamente tranquila como vinham decorrendo as acções de protesto, circulando inúmeras histórias de manifestantes oriundos de outras zonas, com destaque para o litoral de Nampula, mas também de envolvimento de jovens com ligações aos *alshababis*. Em conversas com camponeses no Norte de Quissanga, houve guerrilheiros que manifestaram o apoio aos protestos convocados por Venâncio Mondlane.

Ao longo do mês de Dezembro a estrada nacional Pemba-Montepuez e Metoro até Namialo, as estradas estiveram cortadas vários dias, exigindo-se valores monetários aos motoristas para circulação. Durante vários dias os mercados em Montepuez não abriram. Em Pemba, Montepuez e Chiúre registaram-se marchas nocturnas de indivíduos batendo painéis. Estas manifestações foram geralmente pacíficas, mas registaram-se bloqueios de estradas em alguns locais. Com o evoluir da tensão, foram atacadas unidades comerciais e instalações públicas. Em resposta, as autoridades detiveram manifestantes, que ficaram alguns dias encarcerados. Pelas redes sociais circulam vídeos de assassinato de líderes do partido Podemos envolvidos nas manifestações, com testemunhas oculares a acusar membros do SERNIC. A partir de finais de Dezembro, em reuniões com a Força Local e Organização da Mulher Moçambicana (OMM), presididas por lideranças da Associação dos Antigos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLIN), foi dada a instrução aos membros da Força Local, para dispararem directamente contra os manifestantes.

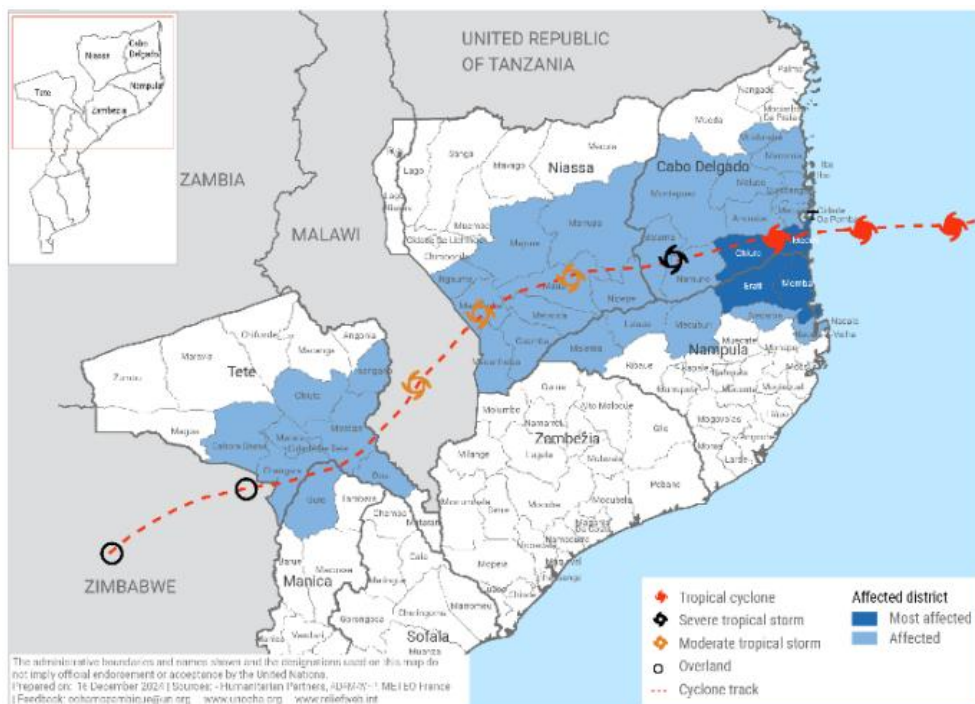
O clima de protesto pós-eleitoral fez emergir outras tensões locais. Ao longo dos meses de Outubro e Novembro, em Namanhumbir, verificaram-se duas acções de invasão de áreas concessionadas à Montepuez Ruby Mining por milhares de garimpeiros. De acordo com relatos, registaram-se confrontos entre a polícia e os manifestantes, com disparos da polícia e lançamento de picaretas por parte dos garimpeiros. Algumas armas foram capturadas por indivíduos em protesto, tendo sido posteriormente recuperadas. O conflito provocou mortos e feridos, em número não divulgado. A 22 de Dezembro, trabalhadores de uma empresa subcontratada pela Montepuez Ruby Mining, que haviam sido despedidos, bloquearam a estrada nacional. Receando a enorme contestação, a empresa mineira suspendeu as operações, aguardando por uma estabilização política. Em Balama problemas de pagamento de compensações a populações reassentadas levaram à suspensão da actividade da empresa de exploração de grafite. Esta onda de protestos verificou-se, igualmente, mais a Sul, nas províncias de Nampula e da Zambézia, com relatos de invasões às minas de turmalina em Chalaua e Alto Molócué, e à zona de exploração de areias pesadas em Moma. Aproveitando o clima de contestação pós-

eleitoral, durante o mês de Novembro, populações em volta de Afungi já se tinham concentrado à volta dos portões de Afungi, reivindicando compensações pela alegada cedência de terrenos.

No Norte da província de Cabo Delgado, o período pós-eleitoral foi bastante calmo. As manifestações foram controladas pela força local e os indivíduos descontentes receiam a "conexão com o terrorismo". Em toda a zona Norte (Mueda, Nangade, Muidumbe, Mocimboa da Praia e Palma), não foram registadas marchas, nem acções de pannels ou uso de apitos em protesto contra os resultados eleitorais.

## b) O ciclone Chido

Atingindo a costa de Cabo Delgado, a 15 de Dezembro, com ventos estimados em 205 km por hora, o ciclone Chido teve efeitos destrutivos em Pemba, Mecúfi e Metuge, agravando as condições das famílias deslocadas.



**Figure 1: Trajetória do Ciclone Tropical Cyclone. Até 16 de Dezembro.**  
**Fonte: Meteo France**

De acordo com os dados do INGD publicados a 22 de Dezembro, o ciclone resultou na morte de, pelo menos, 120 pessoas, deixando 868 feridos nas regiões afectadas. Os ventos fortes foram responsáveis pela danificação de 118.605 residências, 52 unidades sanitárias e 1.126 salas de aula (afectando mais de 100.000 alunos), para além de 10 sistemas de água. Nos dias que se seguiram ao evento, registou-se a interrupção do fornecimento de energia, afectando vários bairros da cidade de Pemba, dificultando a comunicação e a recolha de informações sobre o impacto do ciclone.

A resposta humanitária foi condicionada pela falta de apoios financeiros das agências humanitárias e pelo agravamento das condições de segurança, em virtude de protestos pós-eleitorais, mas também da circulação de grupos de insurgentes por Ancuabe e Chiúre. Vários locais ficaram vários dias sem energia, contribuindo para o apodrecimento de produtos alimentares e dificultando as telecomunicações. O INGD estima que mais de 690.000 indivíduos tenham sido directamente afectados pelo ciclone, com destaque para cerca de 90.000 crianças particularmente vulneráveis e carentes de assistência urgente (UNICEF, 17.12.2024). A elevada pluviosidade poderá agravar as condições de fornecimento de água e de saneamento, provocando nova epidemia de cólera na região, à semelhança dos anos anteriores.

As organizações humanitárias lançaram um apelo para mobilização de 88 milhões de dólares para atender às necessidades imediatas (OCHA, 27.12.2024) de 320.000 indivíduos, dos quais 156.000 mulheres e meninas, directamente afectados pelo ciclone. Pelo menos 77.000 indivíduos receberam algum apoio humanitário nos 12 dias que se seguiram ao evento climático.

## **REFLEXÕES FINAIS**

O sector estatal continua fortemente fragilizado, marcado por limitações orçamentais, precariedade de equipamentos para funcionamento, extremamente permeável à influência de partidos políticos e do oportunismo de funcionários do Estado, que privatizam os serviços públicos para compensação dos seus baixos salários. A corrupção é evidente ao nível da cobrança de valores para entrada no sector público, para mobilidade entre sectores de trabalho e para a disponibilização de serviços a utentes. Os funcionários públicos continuam um grupo profissional bastante vulnerável, com baixos salários e precárias condições de trabalho. Não obstante constituírem um dos principais alvos da insurgência, são pressionados para regressar aos seus locais de trabalho no Nordeste da província. Durante os conflitos pós-eleitoral, funcionários do Estado, particularmente os responsáveis pela segurança e pela colecta de taxas e impostos municipais, constituíram um alvo de jovens em protesto, quer a Sul de Cabo Delgado, quer a Norte de Nampula. Fortemente partidarizadas, as instalações do Estado são entendidas como instalações da Frelimo e, portanto, alvo da fúria popular.

Os serviços de saúde permanecem fortemente dependentes de apoios das Nações Unidas, de Organizações Não Governamentais e da tropa ruandesa. O sector de educação foi profundamente afectado ao longo do ano de 2024, em virtude da insegurança militar, desmaios de estudantes, interrupções lectivas durante a campanha eleitoral e em virtude de conflitos após as eleições, assim como pelo abandono escolar para realização de actividades económicas. Todos estes fenómenos afectaram dezenas de milhares de crianças, perpetuando taxas de analfabetismo e de iliteracia, comprometendo a integração socioprofissional da juventude, reproduzindo a pobreza e tornando as populações vulneráveis a grupos extremistas e violentos.

Com o aproximar do período chuvoso e a escassez de excedentes, ressurgiu o período de insegurança alimentar, afectando, não só, os camponeses, mas também, o exército moçambicano (com os seus crónicos problemas de logística) e os guerrilheiros armados. Em muitos locais, a alimentação é à base de mandioca e de mangas verdes. Com a insegurança militar no Nordeste, inexistência de terra para deslocados a Sul e insuficiência de apoios a actividades económicas, a região permanece bastante dependente de ajuda alimentar. Nos locais onde se verifica o apoio humanitário, persistem rumores de oportunismo, de injustiça na distribuição de recursos e conflitos entre populações anfitriãs e deslocadas.

À semelhança do resto do país, o processo eleitoral foi politicamente manipulado, acompanhado de forte pressão sobre funcionários públicos, particularmente professores, verificando-se o controlo do partido no poder sobre todos os presidentes das mesas de voto. A Frelimo venceu com naturalidade no planalto, mas teve fortes dificuldades nos principais centros urbanos do Sul da província, onde se concentrou o protesto eleitoral.

Os epicentros da contestação concentraram-se em três grandes espaços geográficos. Em primeiro lugar, nos grandes urbanos, em virtude da concentração de bolsas de pobreza, sobrevivendo da informalidade e de actividades mal pagas e estigmatizantes, que coexistem, de forma explosiva, com uma emergente sociedade de consumo. Em segundo lugar, em zonas de concentração de grandes projectos extractivos, fazendo reemergir problemas de pagamento de compensações e conflitos de terras, de acesso a recursos naturais, falta de empregos para jovens locais e conflitos laborais. Em terceiro lugar, nos corredores de transporte (nomeadamente os de Nacala e Pemba-Lichinga), por onde são escoadas importantes matérias-primas para o exterior, sem benefício da população local.

Aproveitando o clima de contestação nacional, emergiram diversos movimentos espontâneos de vendedores informais, camponeses, garimpeiros e trabalhadores de empresas do sector formal, com forte pressão sobre grandes empresas extractivas. A suspensão de actividades económicas tem impacto sobre as receitas do Estado, sobre a balança de pagamentos e sobre centenas de empregos directos e indirectos, agravando mais a situação económica da região. Os conflitos pós-eleitorais confundem-se com os problemas resultantes do carácter crescentemente extractivo e extrovertido da economia nacional, mas também da formalização da exploração desses recursos, em benefício de empresas estrangeiras, em aliança com elites nacionais mais próximas dos centros de decisão.

Pelas redes sociais circularam vídeos da profanação da estátua de Alberto Chipande pelas ruas de Pemba, perante a passividade das forças policiais, gerando um misto de admiração e de satisfação entre muitos cidadãos. Estes vídeos simbolizam a insatisfação popular perante uma figura política com um carisma profundamente abalado, largamente representado como um latifundiário arrogante e despótico, insensível às preocupações da maioria dos moçambicanos.

Os conflitos pós-eleitorais e o ciclone Chido agravaram as fragilidades estruturais na província. Não obstante a existência, no terreno, de muitas agências das Nações Unidas, humanitárias e ONGs, locais e nacionais, um conjunto de obstáculos limitaram o apoio às populações. Por um lado, a inexistência de fundos disponíveis para patrocinar o auxílio às populações. Em segundo lugar, o mau estado das vias de acesso em virtude das inundações, os bloqueios de estradas em resultado de conflitos entre manifestantes e a polícia, a danificação do sistema de telecomunicações, assim como os avanços da insurgência no distrito de Ancuabe, limitaram a circulação de veículos de apoio e assistência às populações. Por fim, o período pós-ciclone coincidiu com o período festivo e ausência de muitos técnicos de ajuda humanitária, em prejuízo da capacidade de resposta.

## REFERÊNCIAS

UNICEF (17.12.2024) "At least 90,000 children impacted as Cyclone Chido hits hard in Mozambique". Press release, disponível em <https://www.unicef.org/press-releases/least-90000-children-impacted-cyclone-chido-hits-hard-mozambique#:~:text=MAPUTO%2FNEW%20YORK%2C%2017%20December,storm%20made%20landfall%20on%20Sunday>, consultado a 31.12.2024.

OCHA (27.12.2024) "Mozambique: Intense Tropical Cyclone Chido - Flash Update", disponível em <https://www.unocha.org/publications/report/mozambique/mozambique-intense-tropical-cyclone-chido-flash-update-no-5-27-december-2024>, acesso a 31.12.2024.